

**RELATÓRIO DA
COMISSÃO PRÓPRIA
DE AVALIAÇÃO DO
CENTRO DE ESTUDOS
EM DIREITO E
NEGÓCIOS - CEDIN
2020**

Belo Horizonte, Dezembro de
2020

SUMÁRIO

1. BREVE HISTÓRICO DA IES	4
2. METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	6
3. RESULTADOS	7
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	7

I. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DA MANTENEDORA

Mantenedora: CEDIN EDUCACIONAL LTDA - ME

Número de inscrição: 07.808.205/0001-47

Natureza jurídica: Pessoa Jurídica de Direito Privado - Com fins lucrativos - Sociedade Civil

Instituição de Ensino Superior: Centro de Estudos em Direito e Negócios - CEDIN

Atividade econômica principal: Educação superior – graduação.

Endereço: Alameda Ezequiel Dias, 275 Centro. Belo Horizonte (MG)

Telefone: (31) 3223-4133

II. APRESENTAÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Alessandra Castro Diniz Portela - Corpo Docente (Professor Coordenador)

Natália Helena Lopes da Silva - Corpo Técnico-administrativo

Joice Martins Da Costa - Mantenedora

Leonardo Paiva Martins de Oliveira - Sociedade Civil

1. BREVE HISTÓRICO DA IES

O Centro de Estudos em Direito e Negócios - CEDIN possui sede na Rua Alameda Ezequiel Dias, 275, Centro em Belo Horizonte/MG, CEP: 30110-130 é mantida pela CEDIN EDUCACIONAL LTDA que possui sede na cidade de Belo Horizonte/MG, na Rua Santa Rita Durão, nº 1143, 5º andar, sala 502 – C, no Bairro Funcionários, CEP: 30140-111, Está registrada na Junta Comercial de Minas Gerais JUCEMG, inscrita sob o número de CNPJ: 07.808.205/0001-47 e possui foro no município de Belo Horizonte/MG, nasce da necessidade de expandir as fronteiras do saber, espalhando uma educação séria e de qualidade. É um projeto desenvolvido a partir da consolidada experiência do CEDIN em atividades educacionais.

Desde 2002 o grupo CEDIN atua com a principal finalidade de fomentar o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão no Brasil, através de duas vertentes: de um lado o Centro de Direito Internacional, uma associação civil sem fins lucrativos, voltada para a pesquisa, publicações e eventos; e, por outro, o CEDIN Educacional LTDA, uma empresa limitada dedicada à montagem e realização de cursos em diversas áreas. Com esse espírito inovador e arrojado surge a necessidade e demanda de atuar na graduação, o CEDIN Educacional tem, portanto, o objetivo de promover e facilitar o estudo avançado nos campos do Direito, da Administração, das Relações Internacionais e da Gestão Pública, além de áreas correlatas, através da realização de cursos de extensão, cursos in company, conferências e projetos educacionais. Todas as atividades desenvolvidas contam com corpo docente altamente especializado, oferecendo um ensino de qualidade, articulado a temáticas inovadoras e com enfoque prático.

O histórico de atividades do CEDIN inclui vários eventos de caráter extensionista, destacando-se entre eles o Congresso Internacional de Direito Internacional (2002), I e II Colóquio de Direito Internacional (2002 e 2004 respectivamente), o Seminário “O uso da força policial e a proteção dos direitos humanos na América Latina?”, o Congresso Internacional: “Desenvolvimento Energia e Meio Ambiente” (2012) e, sobretudo, o Curso de Inverno de Direito Internacional, evento promovido desde 2005, com o objetivo qualificar a reflexão e o debate sobre os mais diversos temas do Direito Internacional, inserindo o Brasil na tradição dos grandes congressos realizados em todo mundo.

O evento, com duração de três semanas, conta anualmente com nove renomados nomes para lecionar durante uma semana, dentre professores das principais Universidades da América e Europa, bem como Embaixadores e representantes da Política Externa Brasileira. A realização tem o apoio de diversas instituições e empresas, destacando-se a UFMG, PUC Minas, Grupo Ânima, Universidade FUMEC, Comissão de Relações

Internacionais da OAB, Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração, Itaipu Binacional, CEMIG, Fundação Konrad Adenauer, Alliance Française, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, Companhia Vale do Rio Doce, International Law Association, Organização dos Estados Americanos, Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Governo de Minas Gerais, Prefeitura de Belo Horizonte e diversas Embaixadas. Vincula-se à realização do Curso de Inverno há a elaboração do Anuário Brasileiro de Direito Internacional, periódico de caráter semestral, que visa fortalecer a posição do Brasil enquanto país referência na América Latina. Trata-se hoje da principal revista de Direito Internacional do país, contendo trabalhos dos mais renomados internacionalistas do Brasil e do exterior, já editada em dez oportunidades anteriores, tanto impressa quanto digitalmente, disponibilizada gratuitamente no site do CEDIN.

Além deste periódico, o CEDIN também mantém a Revista Eletrônica de Direito Internacional, hoje em sua décima quinta edição, contando com artigos selecionados de pesquisadores de todo o Brasil, consistindo em um importante canal para a publicação de trabalhos acadêmicos.

O CEDIN publica, ademais, a Coleção Para Entender, que apresenta os primeiros passos para compreensão das mais diversas temáticas do Direito Internacional. Os trinta e dois primeiros volumes da série foram publicados com o relevante apoio da FKA e da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), distribuídos para diversas Embaixadas brasileiras, disponibilizados na biblioteca do Ministério das Relações Exteriores e trocados por outros periódicos do mundo todo.

Já foram igualmente publicadas pelo CEDIN as seguintes obras: Comentários ao Estatuto do Tribunal Penal Internacional; A Corte Internacional de Justiça e a Construção do Direito Internacional; Terrorismo e Direito; Brasil e os Novos Desafios do Direito Internacional; A autoridade da Coisa Julgada no Direito Internacional Público; Comentário à Carta da ONU; Direito Internacional Contemporâneo; e A Incorporação de Normas Internacionais na Legislação Ambiental Brasileira.

As obras são fruto das diversas pesquisas que o CEDIN elabora e executa juntamente com seus parceiros. Para realização dos mais de vinte projetos de pesquisa já desenvolvidos, o CEDIN trabalha em parceria com as agências de fomento como FAPEMIG, CAPES e CNPq, além de empresas e instituições nacionais e internacionais, através de um importante projeto de cooperação internacional, tendo como principais parceiros a Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI, a Fundação Konrad Adenauer Stiftung e a Universidade de Paris Ouest Nanterre La Défense.

Seguindo, portanto, a via principal de atuação do CEDIN Associação, o CEDIN Educacional iniciou suas atividades com cursos voltados para a área Internacional, mas desde então expandiu seu ramo de atuação e, atualmente, todos os cursos são ofertados na modalidade presencial e a distância.

Coordenado pelo Ministro Francisco Rezek, o curso de Direito Internacional foi inaugurado no ano de 2005 e tem como finalidade promover uma análise profunda das relações jurídicas internacionais. Pouco depois, criou-se em 2007 o curso em Estudos Diplomáticos, que visa oferecer um arcabouço teórico completo do sistema internacional, bem como preparar o estudante para o Concurso de Admissão para a Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco. A partir daí as atividades educacionais do CEDIN expandiram-se para além da área internacional, lançando, em 2012, um curso em Direito dos Contratos e no ano seguinte, em Direito Desportivo e Negócios no Esporte. Desde que lançados, estes quatro cursos repetem-se semestralmente.

Além destes, já foram realizados os cursos: Curso de Extensão em Direito Regulatório, em 2012, com carga horária de 72 horas/aula. A atualização em Direito Minerário, Ambiental e Sustentabilidade, com início em 2012 e carga horária de 64 horas/aula. A extensão Processo Administrativo e Judicial Tributário, em 2013, com carga horária de 60 horas/aula. O curso de extensão em Direito das Contribuições Previdenciárias, com início em 2013 e carga horária de 60 horas/aula. A atualização em Imposto de Renda Pessoa Jurídica, com início em 2011 e carga horária de 60 horas/aula. O curso em Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços, com início em 2011 e carga horária de 60 horas/aula. A extensão sobre Crimes Corporativos no Direito Penal Econômico, com início em 2012 e carga horária de 60 horas/aula. Em 2013 e em 2014 foram acrescentados outros sete Cursos de Extensão com carga horária.

2. METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O desenvolvimento da Autoavaliação Institucional se dará por meio das etapas estabelecidas : (1) a preparação, que consistirá no planejamento da proposta avaliativa e na sua operacionalização, por meio de reuniões da CPA, e a sua sensibilização junto à comunidade acadêmica; (2) o desenvolvimento, que consistirá na concretização das ações planejadas na fase anterior; e (3) a consolidação, que consistirá na análise e reflexão dos dados obtidos e consequente produção do relatório final. Todas as etapas levarão em consideração as dimensões determinadas pela Lei 10.826/2004.

No decorrer de cada ano, o corpo discente avaliará a instituição e seu corpo docente por meio de um questionário disponibilizado no sistema informatizado. Da mesma forma, o corpo docente participará dos processos de avaliação por meio do sistema informatizado para o professor. Membros do corpo técnico-administrativo realizarão suas avaliações no mesmo período que os demais. A avaliação elaborada tem caráter essencialmente qualitativo, utilizando um questionário como instrumento para coleta de dados, aplicado a todos os membros da comunidade acadêmica do CEDIN.

3. RESULTADOS

O CEDIN declara por meio desse relatório que ainda não teve entrada de alunos para o Curso Autorizado: Bacharelado em Direito. Não tendo ainda número suficientes de docentes e técnicos administrativos para elaboração de questionário.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo avaliativo é percebido como um momento importante na vida acadêmica de todos os partícipes devido a possibilidade para reflexão sobre as fragilidades e sobre os aspectos positivos da instituição, objetivando melhorias contínuas e progressivas.

O CEDIN espera que o ano de 2021, tenha o funcionamento da instituição para que possa elaborar todas as etapas da autoavaliação institucional.

Belo Horizonte, dezembro de 2020.

